

VENEZUELA

Os 24 estados do território venezuelano sofrem apagão "total ou parcial" durante várias horas. Regime chavista denuncia "ataque criminoso", mesmo sem apresentar provas. Líder opositor ignora a terceira convocação do Ministério Público

Nicolás Maduro culpa "fascistas" por blecaute

» RODRIGO CRAVEIRO

Venezuela mergulhou na escuridão às 4h40 (3h40 em Brasília) de ontem, durante um blecaute que afetou de forma "total ou parcial" os 24 departamentos (estados) do país. O Palácio de Miraflores não perdeu tempo, culpou o "fascismo" pelo apagão e denunciou uma ação deliberada. "Como sempre estou junto ao povo e me encontro à frente da situação, enfrentando esse ataque criminoso contra o Sistema Elétrico Nacional", escreveu o presidente Nicolás Maduro em seu canal no aplicativo de mensagens Telegram. "Eu disse e repito: calma e sanidade, nervos de aço! O fascismo desesperado ataca o povo. Juntos, superaremos essa nova arremetida. Nós sempre venceremos", acrescentou. O fornecimento de energia começou a ser normalizado à tarde, cerca de 12 horas depois.

Pela manhã, em meio ao apagão, havia a expectativa sobre se Edmundo González Urrutia, líder da oposição que se proclamou vencedor das eleições presidenciais de 28 de julho, atenderia à terceira convocação do Ministério Público para prestar depoimento. O ex-diplomata de 75 anos, completados na véspera, não compareceu ao chamado, apesar da ameaça de prisão. Nas outras duas vezes, Edmundo González atribuiu a ausência no depoimento à falta de garantias.

Também no meio da manhã, Diosdado Cabello, número dois do chavismo e ministro do Interior da Venezuela, informou que "a rede estava



Como sempre estou junto ao povo e me encontro à frente da situação, enfrentando esse ataque criminoso contra o Sistema Elétrico Nacional"

Nicolás Maduro, presidente da Venezuela

começando a ser energizada". "É um processo que está ocorrendo pouco a pouco, mas é um processo com a segurança de que está sendo feito para não cometer erros", disse ao canal VTV.

Relatos

Morador da cidade de Mérida, nos Andes venezuelanos, o freelancer Jesús — ele não quis ter o nome revelado —, 34 anos, disse ao **Correio** que o corte de energia teve início às 4h30 (hora local) e começou a retornar seis horas depois. "Desde então, tivemos períodos intermitentes sem eletricidade. Ficamos sem luz de novo das 11h às 15h. Mas amigos de outras regiões relataram uma falta de eletricidade constante", afirmou.

Em La Asunción, na Ilha de Margarita, a advogada Luisa Muñoz, 38 anos, desabafou ao **Correio**, às 17h de ontem (hora



Na calçada do distrito de Chacao, em Caracas, moradores carregam seus celulares utilizando bateria de caminhão

local). "Estou sem bateria, a luz não voltou", contou. "Maduro disse que é sabotagem, mas sabemos que todos os que gerenciaram a eletricidade roubaram dinheiro e fugiram do país. Nós é que estamos ferrados e pagando o pato", lamentou. Segundo Luisa, os cortes de energia são diários. "Os aparelhos elétricos queimam e ninguém do regime se importa com isso."

Na cidade de Maracaibo, a segunda maior da Venezuela, o dirigente político e social Edgar Izarra Terán, 27, explicou uma corrupação que pode ter desviado que o apagão chegou a afetar 90% do US\$ 10 milhões", afirmou ao Correio. país. "E o segundo grande apagão desta semana. A diferença é que o de hoje (ontem) foi prolongado e com amplitude geográfica. Ainda que o regime alegue uma 'sabotagem' contra o sistema

elétrico nacional, todos nós sabemos que são anos de falta de manutenção e sespero, estresse e "muita raiva" durante o blecaute. "São 14 anos sofrendo apagões, flutuações e cortes 'programados'. O dia foi muito estressante."

ESTADOS UNIDOS

Kamala Harris sai ilesa do primeiro teste na mídia

Kamala Harris conseguiu passar pelo primeiro grande teste midiático praticamente incólume. Em entrevista à emissora CNN, na noite de quinta-feira, a candidata democrata se manteve firme em temas como política de imigração e de combate às mudanças climáticas e garantiu que os EUA estão preparados para "virar a página" sobre o republicano Donald Trump. "Sou a única pessoa nesta disputa que realmente trabalhou em um estado de fronteira como procuradora-geral para fazer com que nossas leis sejam cumpridas, e faria nossas leis serem cumpridas como presidente", disse. "Temos leis que devem ser cumpridas e aplicadas, que abordam o problema das pessoas que atravessam nossa fronteira ilegalmente e deve haver consequências."

Robert M. Howard — cientista político da Universidade Estadual da Geórgia — afirmou ao **Correio** que o desempenho de Kamala Harris na entrevista foi "forte e coerente". "Ela respondeu a todas as perguntas sem nenhuma tergiversação óbvia e pareceu natural nas respostas. É óbvio que ela estava preparada, mas agiu como se estivesse respondendo pela primeira vez", avaliou. "O comportamento e a calma de Kamala foram os pontos mais fortes."

Para Howard, a entrevista de quinta-feira foi mais um evento midiático com pouco impacto sobre a campanha. "Acho que os grandes poderes da mídia acreditavam que ela precisava dar entrevistas para as emissoras e jornais, como o *The New York Times* e o *The Washington Post*, porque os eleitores exigiram. Na vedade, a necessidade de fazer tais entrevistas não é mais primordial. Há várias outras maneiras de atingir os eleitores. Por isso, a ênfase em tantas mídias alternativas", disse o estudioso.

Historiador político da Universidade Brown (em Rhode Island), James Naylor Green considera que Kamala foi "regular" na entrevista. "Ela explicou o motivo pela qual mudou de posição: está indo para o centro e tentando evitar críticas sobre a imigração ilegal. Kamala indicou

preocupação com a segurança na fronteira. O mais importante é que a democrata tirou o argumento de Trump segundo o qual ela tinha medo de falar à imprensa", comentou à reportagem, por telefone. Green acredita que o grande desafio da candidata é manter visibilidade total pelos próximos 67 dias, até a eleição de 5 de novembro. "Se ela conseguir se sair bem no debate de 10 de setembro, crescerá a vantagem em relação a Trump. Mas, será uma eleição muito apertada." (RC)

Conexão diplomática



por Silvio Queiroz silvioqueiroz.df@gmail.com

Unasul fora do jogo na Venezuela

O aspecto talvez mais mais incômodo da crise na Venezuela, pela perspectiva do Planalto e do Itamaraty, é a ausência, o silêncio eloquente de uma sigla que, em outros momentos, foi decisiva para administrar impasses entre o regime bolivariano e a oposição de direita. Desde as delicadas negociações para garantir a eleição presidencial de um mês atrás, a Unasul nem sequer emitiu algum pronunciamento, a despeito do empenho da diplomacia brasileira no seu relançamento um dos movimentos inaugurais da política externa para o terceiro mandato de Lula.

Ao contrário do que aconteceu no período 2003-2010, e adiante no ano e meio de Dilma Rousseff, desta vez os governos sul-americanos nem ao menos trocaram opiniões coletivamente. Pior: as posições expressas sobre o impasse pós-eleitoral apenas evidenciam que o processo de integração regional patina, muito especialmente, no terreno político. Com a Bolívia sozinha no reconhecimento da reeleição de Nicolás Maduro,

Brasil e Colômbia formam a dupla empenhada em mediar uma solução política, enquanto os demais se alinham, em maior ou menor grau, com a posição de Washington.

De goleada

Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Peru e Equador estão entre uma dezena de países latino-americanos que assinaram, com os EUA, uma declaração conjunta. Nela, rechaçam o resultado oficial anunciado em Caracas e apontam evidências de fraude. O texto fica a alguns passos de proclamar como vitorioso — e presidente eleito — candidato opositor Edmundo González.

Em um eventual debate no âmbito da Unasul, o resultado prático mais provável seria um WO: na falta de consenso, nenhuma resolução seria adotada. No terreno explicitamente político, no entanto, Lula e o colega Gustavo Petro

teriam, quando muito, o apoio da Bolívia. Sofreriam, na linguagem do futebol, uma goleada do time comandado pelo presidente chileno, Gabriel Boric que, desde eleito e empossado, procura firmar-se como uma nova liderança da esquerda na região.

Com Caracas fora da conta, restariam as definições de Suriname e da Guiana. A última vive desde o ano passado um contencioso com o governo de Maduro, que fez aprovar em referendo a anexação da província petrolífera de Essequibo, objeto de disputa fronteiriça que remonta ao período colonial.

O placar seria semelhante no Mercosul, onde a posição brasileira se choca com a dos três sócios.

Vaso quebrado

Uma década e meia depois de ter sido fundada, com o empenho decidido de Lula, do colega argentino, Néstor

Kirchner, e de Hugo Chávez, antecessor e mentor político de Maduro, a Unasul exibe hoje o aspecto de um vaso de porcelana estilhaçado. As iniciativas de Lula para colar os cacos, até aqui, apenas colocam a situação sob os holofotes.

Ainda no primeiro semestre do atual mandato, o presidente chamou a Brasília os demais 11 colegas para um encontro destinado a relançar a iniciativa. Quatro anos antes, a saída do Brasil de Bolsonaro e da Argentina de Mauricio Macri, somada a decisões semelhantes dos governos direitistas de Colômbia e Equador, havia desativado a sigla, A reunião de maio de 2023, em Brasília, foi marcada pelo esforço do anfitrião para reinserir no processo Nicolás Maduro, recebido com honras de chefe de Estado.

O ano terminou, porém, com os argentinos levando à Casa Rosada o ultradireitista Javier Milei, aliado de Bolsonaro e adversário público e notório da integração sul-americana. Ambos puxam a fila dos que tratam de realinhar seus países com a política externa norte-americana — não apenas nos temas do Hemisfério.

Deu zebra

É irônico que o panorama se apresente tão adverso para Lula e o assessor especial Celso Amorim justamente quando a empreitada da Unasul conta com o reforço do ex-guerrilheiro Gustavo Petro, em Bogotá. No período 2003-2010, com Amorim à frente do Itamaraty, a Unasul foi central para evitar a intervenção de "forças extrarregionais" — leia-se os EUA — em momentos críticos da queda de braço entre Hugo Chávez e a oposição.

Àquela altura, o então chanceler brasileiro marcou um gol de placa ao dobrar a resistência do presidente colombiano, o direitista Álvaro Uribe, à criação do Conselho de Defesa da Unasul, destinado justamente a dotar a América do Sul de um instrumento para circunscrever crise internas. O mecanismo, aprovado em uma cúpula celebrada no CCBB — com o Planalto em reformas —, não chegou a sair do papel. O impeachment de Dilma, em 2016, seguido pela eleição de Bolsonaro, dois anos mais tarde, transformou a decisão, na prática, em letra morta.